



As narrativas da “ideologia de gênero” nas mídias sociais e na imprensa: tensionamentos na educação brasileira

The narratives of "gender ideology" in social media and in the press: tensions in brazilian education

Kerzia Railane¹

Elda Alvarenga²

Erineusa Maria da Silva³

RESUMO

Esta pesquisa realiza um amplo levantamento de reportagens e notícias que abordam as temáticas gênero, diversidade sexual e a denominada “ideologia de gênero”, nas mídias sociais e na imprensa brasileira e do Espírito Santo entre os anos de 2014 e 2020. Foram analisadas 208 reportagens e notícias. A pesquisa tem como base teórica os estudos feministas e de gênero, pautados na perspectiva metodológica indiciária de Ginzburg.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero e Educação. Estudos de Gênero. Ideologia de Gênero. Mídias Sociais e Imprensa.

ABSTRACT

This research performs a wide survey of reports and news that address the themes gender, sexual diversity and the so-called "gender ideology", in social media and in the Brazilian press and Espírito Santo between 2014 and 2020. A total of 208 reports and news reports were analyzed. The research is based on feminist and gender studies, based on ginzburg's indiciary methodological perspective.

KEYWORDS: Gender and Education. Gender Studies. Gender Ideology. Social Media and the Press.

* * *

¹ Mestranda em Educação Física pela PPGEF/Cefd/Ufes; membro da Grupa/Cefd/Ufes e do Nupeges/Ufes. E-mail: kerziar@gmail.com

² Doutora em Educação pelo PPGE/Ufes; professora do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes); coordenadora do Nupeges/Ifes; membro do Nucaphe/Ce/Ufes. Email: eldaalvarenga@uol.com.br

³ Doutora em Educação PPGE/Ufes; professora da Universidade Federal do Espírito Santo; coordenadora do Nupeges/Ufes; membro do Práxis/Cefd/Ufes, do Laefa/Cefd/Ufes e do Nepe/Cefd/Ufes. Email: erineusams@yahoo.com.br

Introdução

O cenário nacional brasileiro, principalmente a partir de 2014, com a discussão e aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), aliado à conjuntura política mais ampla, apresenta-se bastante tensionado no que diz respeito à discussão de gênero e diversidade sexual nas escolas. Vimos um crescente movimento no campo político-parlamentar no sentido da retirada de qualquer menção ao termo gênero e diversidade sexual no PNE. Movimento que se alastrou país afora pelas várias sessões camerais nos estados e municípios, quando esses entes federativos discutiam seus planos de educação para os anos seguintes.

Tal movimento, como afirmam Silva et al. (2019), encontra base no que as autoras chamam de faces de uma mesma moeda: os projetos Escola sem Partido (ESP) e a chamada “ideologia de gênero”. Em especial, este último seria um orientador mundial para ações desse tipo e encontra vínculos fortes com o desejo latente de parte das Igrejas em orientar princípios morais por via da educação escolar. Vale ressaltar que o nascedouro desse projeto se dá justamente por uma parcela conservadora da Igreja Católica. Posteriormente, foi amplamente assumido pelas alas conservadoras das Igrejas Evangélicas e Neopentecostais, com forte apelo no campo político-legislativo por meio do qual busca se legitimar em nível federal, estadual ou municipal.

Com esse cenário em tela, observamos, nas mídias sociais e na imprensa, notícias de inúmeras ações político-legislativas e nos cotidianos das escolas em torno do questionamento da temática como conteúdo pedagógico. Com isso, cria-se confusão teórica e política entre os/as profissionais da educação, discentes e seus familiares. Via de regra, isso causa desconforto para os/as estudantes, suas famílias e, em especial, para os profissionais da educação que entendem que esse debate é fundamental para uma formação humana pautada na democracia e na laicidade, princípios esses cravados na Constituição Federal de 1988.

Se, há alguns anos, os estudos e pesquisas sobre gênero com foco nos processos educativos eram raros, muito se produziu no início do século XXI sobre a temática e não se pode negar que, de lá para cá, houve investimento tanto no setor público como individualmente por parte dos professores/as em busca de cursos de formação e aperfeiçoamento em gênero e diversidade na escola.

Em estudo recente, Silva e Ferreira (2019) percebem que, apesar das inúmeras contradições e desafios presentes no trabalho docente, existe um movimento pedagógico de gênero acontecendo nas escolas que se relaciona, direta ou indiretamente, com as políticas públicas de gênero para a educação adotadas principalmente entre os anos de 2003 e 2016 no Brasil, além de se relacionar com os avanços relativos aos movimentos feministas e de mulheres, no campo social e acadêmico. A existência de um movimento pedagógico de gênero nas escolas nos leva a inferir sua relação com as tensões provocadas pelo movimento “ideologia de gênero” no Brasil. Nossa hipótese é que esse termo surge justamente como uma ação para conter o avanço do debate de gênero e de sexualidade na sociedade e nas escolas.

É nesse contexto de tensão que também se situam as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, considerando que regulamentam, em alguma medida, o currículo formal das suas redes de ensino. Diante do exposto, torna-se relevante, para o campo da educação e dos estudos de gênero, compreender como tem sido as práticas dos/as professores/as e as ações das Secretarias de Educação. Fundamental ainda é perceber como a narrativa sobre essa tensão vem sendo apresentada nas mídias sociais.

Com esses objetivos, desde 2018, o Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade vem realizando um estudo, de caráter interinstitucional,⁴ pois envolve professores/as das escolas dos sistemas municipais e estadual na Microrregião da Grande Vitória/ES (Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória), bem como os Conselhos Municipais e fóruns de educação no que diz respeito à produção de dados.

Este artigo apresenta uma parte dessa pesquisa mais ampla e tem como objetivo analisar e problematizar o que vem sendo produzido como narrativa nas mídias sociais e na imprensa brasileira e do Espírito Santo sobre a tensão gerada em relação às temáticas e gênero e diversidade sexual como conteúdo das aulas no âmbito escolar, em especial as que tratam das tensões em torno do movimento denominado “ideologia de gênero”.

⁴A pesquisa tem participação de professores/as, estudantes e ex-alunos/as das seguintes instituições: Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Estácio/Vila Velha/ES, Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Cachoeiro de Itapemirim – Prefeitura Municipal de Vitória.

Diante desse objetivo, realizamos um primeiro levantamento utilizando a ferramenta de busca do *google link de notícias* para pesquisar os seguintes descritores: “ideologia de gênero”; gênero e gênero e educação. A seguir, buscamos desenvolver um movimento inverso: localizar datas próximas a acontecimentos importantes (aprovação do Plano Nacional, dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, reuniões e encontros ocorridos em função do debate em torno da temática gênero e o movimento “ideologia de gênero” etc.) para, então, localizar as narrativas produzidas nas mídias sociais e na imprensa.

Nesse movimento, utilizamos o método indiciário de pesquisa por este considerar as particularidades dos processos analisados. Propõe uma prática de pesquisa delineada a partir de indícios e “pistas” deixados no tempo. O método entende a realidade como “[...] fundamentalmente descontínua e heterogênea” (GINZBURG, 2007, p. 269). Diante do desafio da leitura dos artigos publicados na imprensa periódica local (noticiosa, oficial) e nas redes sociais, valemo-nos da leitura a contrapelo⁵ para buscar, especialmente nos silenciamentos e nas ausências, pistas e vestígios do objeto em tela. Desse modo, procuramos identificar, nos rastros e nos fios, as pistas que poderiam nos abrir uma janela para a compreensão do objeto investigado.

No período de 2014-2020, identificamos 208 reportagens⁶ nas mídias sociais e na imprensa brasileira, com um recorte específico para o Espírito Santo. Dessas reportagens, 21 foram desconsideradas por não atenderem aos critérios desta etapa

⁵ Proposição de Walter Benjamin nas *Teses sobre o conceito de história*. O autor propõe “escovar a história a contrapelo”, para conceber a história sob o ponto de vista dos vencidos, ou seja, trata-se de uma oposição à história oficial do “progresso”, cuja identificação com as classes dominantes oculta o excedente utópico inscrito nas lutas dos oprimidos do passado e do presente (LÖWY, 2011).

⁶ As notícias e reportagens foram garimpadas nos seguintes meios de comunicação: Gazeta Online, Folha de São Paulo, UOL, A Gazeta, G1 São Paulo, Tribuna Online, Razões de Viver, Carta Capital, Instituto Direito Real, Huffpost Brasil, Acidigital, Fórum, Pleno News, Verdadeiro Olhar, Migalhas, Jornal da Cidade Online, Aos Fatos, Gay Blog, Gospel Mais, Brasil de Fato, El País, JM Notícia, JCNET, Veja, NSC Total, Estudos Nacionais, Consultor Jurídico, O Tempo, Guiame, Catraca Livre, Câmara dos Deputados, Jornal da USP, Correio Braziliense, EXTRA CLASSE, Ponta Grossa, ES Hoje, Rede Brasil Atual, Jovem Pan, Diário do Aço, A Cidade On, Gaudiumpress, Justiça do Trabalho, Money Times, Nações Unidas Brasil, Nexo, Agência Brasil, Revista Quero, Portal R3, Valor Investe, HypeNews, Meus Reviews, Segs, EBC Rádios, A Crítica, Senado Federal, Jornal Jurid, Olimpíada Todo Dia, Sul 21, Hot Topics, Paran@shop, EBC, Em Tempo, Nova Escola, CBN, JP News, Diário de Pernambuco, Metrôpoles, Último Segundo, Carta Maior, Extra, EcoDebate, Razões para Acreditar, Porvir, páginas do facebook como “Quebrando o Tabu” e os canais no Youtube da Comunicação Social Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Campus Caraguatatuba e do Adauto.

da pesquisa. Posteriormente, realizamos a sistematização em quadros, de modo a evidenciar algumas características das matérias apresentadas nas mídias sociais e na imprensa, o título, o conteúdo e a questão norteadora da discussão, assim como a referência.

No tratamento e na interpretação das fontes, procuramos relacionar, confrontar e problematizar cada informação (tratadas como tesouro) em busca de reconstituir, por meio delas, um relato pautado na verossimilhança. Nesse processo, também nos apoiamos em alguns elementos da análise de conteúdos (BARDIN, 2011) em que as matérias que apresentavam similaridades e recorrências foram aglutinadas em categorias correspondentes: a) abordam o projeto ESP e defendem o conceito de “ideologia de gênero”; b) são contra a ideia difundida pelo projeto ESP e a “ideologia de gênero” e; c) engloba outros temas que atravessam o gênero e a diversidade sexual. Nesse sentido, a perspectiva dos estudos de gênero se constituiu como pano de fundo para a interpretação dos dados, tendo em vista que gênero se apresenta como uma categoria de análise importante no campo metodológico.

Este artigo é composto de três sessões: na primeira sessão, discutimos a perspectiva de gênero como categoria analítica e identificamos como a denominada “ideologia de gênero” emerge com o intuito de confundir e distorcer essa perspectiva; na segunda, avaliamos os “achados” em relação às narrativas produzidas nas mídias sociais e na imprensa; e, finalmente, tecemos algumas considerações à guisa de conclusão.

1-O gênero e a falácia da “ideologia de gênero”

Na busca de relacionar o termo gênero, suas interseções com a diversidade sexual e a falácia da “ideologia de gênero”, optamos por triangular os três termos com vistas a compreender as tessituras da referida falácia. Buscamos, nesta parte do texto, responder a quatro questões fundamentais: o que é gênero? O que é ideologia? O que é “ideologia de gênero”? Como surge e a quem serve esse debate?

Tratando sobre o conceito de gênero, no primeiro vértice da triangulação, apoiamo-nos em Piscitelli (2009). A autora identifica um duplo processo de naturalização, ou seja, “[...] quando as distribuições desiguais de poder entre homens e mulheres, são vistas como resultado das diferenças, tidas como naturais [...] essas desigualdades também são naturalizadas (p. 121). Piscitelli (2009) evidencia também que o termo gênero foi elaborado por pensadoras feministas “[...] precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, [...] e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças” (p. 121).

Nesse sentido, o conceito de gênero demonstra que essas desigualdades têm uma dimensão política, social, cultural e não biológica e natural. Portanto, rejeita as justificativas biológicas para a subordinação das mulheres e indica o caráter das construções sociais presentes nas relações de gênero.

Além de denunciar esse duplo procedimento de naturalização, o conceito de gênero, segundo Scott (1995), é também compreendido como categoria analítica. Faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas de reivindicar um novo terreno para explicar as persistentes desigualdades entre homens e mulheres. Ademais, conforme a autora, o gênero apresenta um caráter relacional sobre as definições normativas da feminilidade, segundo o qual mulheres e homens se definem em reciprocidade e a compreensão de um não pode prescindir da compreensão do outro.

Gênero, nesse sentido, é um conceito bastante complexo, pois, além de ser entendido como uma identidade, também é tido como uma estrutura de organização social e de dominação simbólica (BOURDIEU, 1999). Nessa complexidade, as relações de gênero que estão presentes em todas as práticas sociais dos humanos, compondo com as relações de classe e as relações étnico-raciais uma alquimia estruturante da sociedade, têm suas assimetrias, suas desigualdades e suas hierarquias naturalizadas, como forma de dominação e exploração.

Diante disso, a perspectiva de gênero se propõe desnaturalizar as desigualdades de gênero e considera a escola como um território privilegiado e estratégico para tal, por meio da educação de gênero. Esse processo nada mais pretende do que dizer que as nossas diferenças não podem ser usadas como motivo para preconceito e discriminação, tampouco como justificativa para se criar e aceitar desigualdades de direito entre as pessoas. O que se defende na educação de gênero é o respeito e a equidade de direitos.

No outro vértice da triangulação, está o termo ideologia. Em *O que é ideologia?*, Chauí (2008, p. 14) analisa a trajetória do termo e afirma que quando tomamos alguma ideia como verdade absoluta, independente da realidade, e como única válida para todas as sociedades, em todos os tempos, ocultamos a realidade social, ignorando o fato de que “o real [...] é um processo, um movimento temporal ou constituição dos seres e de suas significações”.

Assim, construímos ou reforçamos uma ideologia, porém, esse processo de constituição se dá na dependência da relação do sujeito consigo mesmo e com a natureza, sendo o sujeito ativo, também partícipe da construção desse processo. Portanto, encontra-se como sujeito e objeto ao mesmo tempo nessa relação e os sentidos e significados se fazem de acordo com a sua posição social (de classe, de gênero e raça/etnia e suas interseções) em que se encontra.

Chauí (2008) e Eagleton (1991), apresentam recortes históricos que mostram as várias mudanças que o termo “ideologia” sofreu desde o período dos ideólogos, sempre partindo de um ponto comum: a conveniência. Analisar ideologia torna-se uma atividade complexa quando partimos do ponto de que não existe pensamento livre de pré-entendimentos e pressupostos e, portanto, qualquer ideia seria compreendida como ideologia. A todo o momento recebemos informações, observamos mudanças, assimilamos, reproduzimos conhecimentos, recriamos e criticamos algo, porém sempre dentro de um determinado contexto e em uma posição específica (FREITAS, 2019).

Ao relacionar a ideologia com os processos educativos, Freire (1994)⁷ compara a ideologia com a neblina, a uma névoa que *miopisa e opacisa* a realidade

⁷ Palestra realizada no auditório do CDCC em 22 de novembro de 1994, patrocinada pelo IFSC-USP.

à medida que nos envolve. Para ele, o papel da educação é a *desocultação* da realidade, escondida, dissimulada pela ideologia. Nesses termos, questionamos: que noção de ideologia e de gênero a expressão ideologia de gênero carrega? A compressão do significado teórico dos termos explicita que já na constituição do termo “ideologia de gênero”, se faz presente uma falácia orquestrada para, de um lado, desqualificar o seu caráter científico e acadêmico e, de outro, confundir as pessoas, ganhar adeptos e intimidar em especial os/as profissionais da educação. Isso porque gênero é criado justamente para desocultar o que culturalmente nos é inculcado, por exemplo: a inferioridade feminina faz parte da natureza da mulher e não é fruto de construções sociais.

No terceiro vértice, questionamos: o que seria, então, a “ideologia de gênero”? Como surgiu e para que serve esse debate? Se, por um lado, observamos o fortalecimento dos movimentos sociais de resistência a partir da década de 80 do século XIX, por outro, vemos o efervescer de setores reacionários da sociedade. Considerada um marco no processo de avanço das conquistas pela equidade de gênero em nível mundial, temos a 4ª Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher (realizada em 1994). Essa conferência aprovou a adoção do conceito de gênero em seus documentos, em substituição ao termo mulher, por compreender que o problema de desigualdade sofrido pelas mulheres é uma questão estrutural de gênero e, portanto, deve ser tratado de forma relacional.

Essa conquista para o movimento de mulheres e feministas não passou despercebida pelos setores conversadores da sociedade, incluindo o Vaticano. Em 1997, o então cardeal Aloisius Ratzinger, que, posteriormente, se tornaria o Papa Bento XVI, emitiu uma carta à Igreja Católica fazendo uma extensa e severa crítica ao que chamou de “feminismo radical” e de “ideologia de gênero”. Encontramos, nessa carta, a primeira aparição do termo “ideologia de gênero”, que é definido como a escolha arbitrária do que ser ou não ser, fugindo à lógica da criação como uma tentativa falha de aproximar-se do que “é” Deus: o criador. Na carta, Ratzinger (1997, p. 142) diz:

Atualmente se considera a mulher como um ser oprimido; assim que a liberação da mulher serve de centro nuclear para qualquer atividade de liberação tanto política como antropológica com o objetivo de liberar o ser humano de sua biologia. Se distingue então o fenômeno biológico da sexualidade de suas formas históricas, às quais se denomina ‘gender’

[...]. Tudo isso, no fundo, dissimula uma insurreição do homem contra os limites que leva consigo como ser biológico. Se opõe, em seu extremo último, a ser criatura. O ser humano tem que ser seu próprio criador, versão moderna de aquele ‘serei como deuses’: tem que ser como Deus.

Acompanhando o avanço internacional nas questões de gênero, o argentino Jorge Scalla, alimentado pelas ideias de Ratzinger, escreve *La ideologia del género: o el género como herramienta de poder* (2010). Scalla torna-se referência no assunto não só em seu país de origem onde publicou o texto, mas também em toda a América Latina. Dentre os diversos ataques ao gênero, destaca-se: “A mal chamada [...] ‘perspectiva’ [...] de gênero, é, na verdade, uma ideologia. Provavelmente a ideologia mais radical da história, posto que – ao impor-se –, destruiria o ser humano em seu núcleo mais íntimo e, simultaneamente, acabaria com a sociedade” (SCALA, 2010, p.7).

No Brasil, em especial a partir de 2014, principalmente com o debate do PNE, é possível percebermos de forma mais contundente uma efervescência em torno das temáticas gênero e diversidade sexual. Uma tensão bastante forte foi gerada entre os grupos que defendem a educação escolar como espaço privilegiado de debate das questões de gênero e diversidade sexual e os que pensam que esse debate deve ficar restrito à educação familiar. A aprovação do PNE, em 2014, e dos Planos Estaduais e Municipais de Educação na sequência, sem qualquer alusão aos termos gênero e diversidade sexual e, posteriormente, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), parece apontar para uma vitória no campo parlamentar dos grupos conservadores que acreditam que gênero não deve ser conteúdo das aulas nas escolas. Esse movimento expressa que os discursos *arcaicos*⁸ passaram a ser cena comum em nosso país (FREITAS, 2019).

O que defende a chamada “ideologia de gênero” nessas ações parlamentares e, inclusive, de enfrentamento com as escolas? Uma resposta a essa questão poderia ser o reforço das relações de gênero, como assentado simbólica e objetivamente pela cultura patriarcal, ainda persistente na sociedade brasileira e mundial, bem como o controle da sexualidade a partir dos preceitos religiosos dos

⁸ Entendemos o termo arcaico como apresentado por Oliveira (2018) em Por que as elites brasileiras odeiam Lula? Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/2018/04/por-que-as-elites-brasileiras-odeiam-lula/>. Acesso em: 15 de abr. 2019.

seus defensores. Defende, também, a inferioridade, a subordinação, a dominação e exploração das mulheres pelos homens e do feminino pelo masculino como forma de manutenção da assimetria de poder e de acesso aos bens da vida. Por analogia e consequência, são adeptos do machismo, do sexismo, do androcentrismo, da misoginia e do heterossexismo.

A “ideologia de gênero” é, portanto, uma falácia que atinge direitos constitucionais do indivíduo em sua identidade e no campo educacional. Ignora a premissa de estado laico, reforça os preconceitos e cria uma verdadeira ideologia, por se tratar de um “movimento” contrário aos estudos e avanços científicos no campo do gênero. Essa ideologia visa a deslegitimar e criminalizar os/as que não se rendem ao modelo de sexualidade social, historicamente imposto. Contrariamente, o conceito de gênero é, na acepção gramsciana, uma contraideologia.

2- Gênero e sexualidade na escola: o que dizem as narrativas presentes nas mídias sociais e na imprensa?

Um movimento inicial desta pesquisa em relação à análise dos dados produzidos foi olhar a abrangência que as matérias apresentavam, com um foco especial para a Microrregião da Grande Vitória, referente ao período de 2014 a 2020. Desse mapeamento, no que diz respeito a essa microrregião, encontramos reportagens e notícias que se referiam aos municípios de Serra, Vitória e Vila Velha. Além disso, também identificamos as que trataram do Estado do Espírito Santo e de outros estados brasileiros, o que consideramos como âmbito nacional.

Diante desses dados, sistematizamos as reportagens em três categorias. Na primeira categoria, agrupamos as reportagens que defendem o conceito de “ideologia de gênero” e se vinculam ao projeto ESP. Esses projetos preveem a sistematização dos conteúdos escolares pautados nas concepções socioculturais que os/as familiares dos/as estudantes possuem, isto é, a escola deve construir o processo pedagógico (conteúdos escolares) sem que haja conflitos com os valores e costumes presentes no contexto familiar. No entanto, tais projetos omitem as múltiplas matrizes religiosas, morais e culturais que adentram na escola. Assim,

quando o ESP se refere “às famílias dos alunos”, parece indicar uma essência de família que é, por si só, inexistente. Além disso, o projeto também não determina como a escola faria esse alinhamento em termos operacionais com as famílias de seus/suas educandos/as.

Nesse agrupamento, encontramos 34 reportagens. Esses achados dão conta de que, já em 2004, o deputado Miguel Nagib idealizou o projeto ESP⁹ que, embora não tenha sido aprovado, desencadeou notórios desdobramentos por todo o país ao longo dos anos, ganhando visibilidade e inspirando parlamentares e políticos a apresentar projetos em seus territórios, que, às vezes, eram meras reproduções ou projetos com pequenas alterações, como no nome.¹⁰ Além disso, não raramente, esse projeto é apresentado em consonância com o projeto da denominada “ideologia de gênero”.

Nesse cenário de disseminação da chamada “ideologia de gênero” e por ocasião da aprovação do Plano Estadual e dos Planos Municipais de Educação no Espírito Santo, vimos surgir novos tensionamentos em torno do debate. Em 22 de junho de 2015, o jornal A Gazeta publicou uma reportagem (Figura 1) em que o arcebispo Dom Luiz Vilela afirma reconhecer os estudos de gênero como “ideologia de gênero” (PIRAJÁ, 2015). Nesse sentido, defende que a inclusão da temática nos currículos escolares fará com que seja deslegitimada a família tradicional, destruindo seus valores e costumes. Ademais, provocará uma neutralidade no tratamento de estudantes, pois, como afirma, “[...] essa ideologia de gênero proíbe os professores de tratarem as crianças como menina ou menino, João ou Maria. Absurdo!” (PIRAJÁ, 2015).

Figura 1 – Reportagem com o Arcebispo Dom Luiz Vilela sobre a “ideologia de gênero”

DOM LUIZ: “O SER HUMANO É HOMEM OU MULHER”

Arcebispo crítica “ideologia de gênero” em planos de Educação

Fonte: A Gazeta, junho de 2015.

⁹ De fato, somente em 2010-2011 conquistou a visibilidade almejada, principalmente a partir da intitulação distorcida e pejorativa do projeto “Brasil sem Homofobia” como “kit gay” (FREITAS, 2019).

¹⁰ No Espírito Santo, por exemplo, o ESP recebeu nomes diversos nas várias tentativas de sua aprovação.

Ainda nesse sentido, a reportagem publicada no site El País fala da cruzada empreendida por grupos religiosos e parlamentares ligados às religiões católicas e evangélicas para evitar que as palavras gênero e orientação sexual fizessem parte dos planos e documentos que orientam a educação brasileira (BEDINELLI, 2015). A reportagem apresenta também excertos da posição do bispo Dom Fernando Arêas Rifan,¹¹ em uma nota publicada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na qual afirma: "Os que adotam o termo gênero não estão querendo combater a discriminação, mas sim desconstruir a família [...] e, deste modo, fomentam um estilo de vida que incentiva todas as formas de experimentação sexual desde a mais tenra idade" (BEDINELLI, 2015, p. 1).

Nessa linha, o blog Medium (PAIXÃO, 2015) traz a notícia de que, por ocasião dos debates em torno do Plano Municipal de Educação no Município de Serra/ES, em julho de 2015, foi realizado o Fórum de Discussão¹² sobre "ideologia de gênero". A atividade foi organizada pelos vereadores Guto Lorenzoni (PP) e José Raimundo Bessa (PSL), proponentes do Projeto de Lei nº 124/2015, que visava a proibir, nas escolas municipais, públicas e particulares, o ensino da igualdade de gênero e a promoção da diversidade sexual. Participaram desse fórum os representantes de Igrejas, pastor Júlio César Costa e o padre Vanderlei Alexandre; o representante do Fórum Municipal LGBT e integrante do Coletivo de Diversidade Sexual do Sindiupes, Gean Carlos de Jesus, e a secretária municipal de Educação, Vera Lúcia Castiglioni.

As argumentações favoráveis ao projeto giraram em torno da defesa de que "[...] a sexualidade deve ser discutida somente dentro das famílias e que o ensino e promoção da igualdade de gênero e diversidade sexual é uma estratégia de destruição do conceito absoluto de macho e fêmea e do conceito de família" (PAIXÃO, 2015, p. 1) e que não se pode "[...] permitir que nossas crianças tenham dúvidas do que é ser homem e do que é ser mulher" (p. 1). Durante o fórum, houve argumentação contrária ao projeto de lei. Gean Carlos de Jesus destacou que a educação de gênero nas escolas visa a ensinar "sobre sexualidade e sobre respeitar

¹¹ Bispo da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney (Rio de Janeiro).

¹²

as diversidades”, assim como Vera Lúcia Castiglioni, também contrária a esse projeto de lei, em seu discurso, leu uma carta em defesa dos direitos humanos e do combate a todas as formas de discriminação. O projeto de lei não foi aprovado por ser inconstitucional.

Essa cruzada foi mantida em relação à aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, quando retiram, em última instância, os termos gênero e diversidade sexual do documento. A reportagem *Gênero e orientação sexual tem saído dos documentos sobre educação no Brasil. Por que isso é ruim?*, da Nova Escola, de abril de 2017, evidencia que os Estados de São Paulo, Pernambuco e o Espírito Santo foram considerados referências em relação à retirada dos conteúdos sobre a diversidade sexual e as identidades de gêneros na escola (SEMIS, 2017).

A defesa da “ideologia de gênero” passou a figurar como mote de campanha de parlamentares visto que essa “bandeira” se constituiu em certo capital político em relação a grupos religiosos evangélicos e católicos com caráter fundamentalista. Essa cruzada contra o gênero tem estimulado desdobramentos locais para a educação e para os/as docentes. Em Vitória, no Estado do Espírito Santo, a reportagem publicada em junho de 2017, no site Gazeta online, relata que uma escola sofreu ataques de vandalismo pela comunidade devido à realização de um projeto escolar que estava pautado nas questões das diferenças socioculturais, como a violência e os direitos das pessoas, o que contemplava a diversidade sexual e o racismo (SINGULAR, 2017).

Em Santa Catarina, a reportagem da página G1, em outubro de 2018, evidencia o incentivo da deputada Ana Caroline Campagnolo (PSL), que é professora e historiadora, para que estudantes filmassem professores/as que adotam posturas político-partidárias ou “ideológicas” na sala de aula, disponibilizando, inclusive, um contato telefônico para encaminharem o vídeo. Nessa mesma lógica, segundo a reportagem publicada na página do G1, em novembro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) reforça seu posicionamento contra o que denomina de “ideologia de gênero”, ao criticar a questão do Enem que tratou da linguagem “pajubá”.¹³ Para ele, o fato de uma prova como o Enem

¹³ Essa linguagem, por sua vez, refere-se ao conjunto de expressões associadas aos gays e travestis.

abordar questões como essa fomenta a disseminação ao que reconhece por “ideologia de gênero” (MASTOSO, 2018).

Na sequência, a segunda categoria trata das reportagens e matérias que apresentam conteúdos que são contra a ideia difundida pelo projeto ESP e a “ideologia de gênero”. Nesse agrupamento, encontramos 68 reportagens e matérias. Os conteúdos demonstram uma compreensão sobre o gênero, a diversidade sexual e as identidades de gêneros no contexto escolar. Entre essas, a do site BBC News Brasil de São Paulo, publicada em novembro de 2018, traz em tela a resistência representada por professores/as universitários/as que compreendem a difusão da “ideologia de gênero” como forma de disseminar imoralidades a respeito dos estudos sobre a diversidade sexual e as identidades de gênero (FAGUNDEZ, 2018).

Considerando o cenário de limitações previsto pelo projeto ESP e pela “ideologia de gênero”, alguns/as docentes temem sofrer perseguições¹⁴ em função da pseudoneutralidade defendida por esses projetos. Como apontado na reportagem da revista Veja (Figura 2) em novembro de 2018, “[...] todo conhecimento é socialmente construído e, portanto, a aventura humana, por definição, nunca é neutra ou isenta de valores” (MOLICA; BUSTAMANTE; VIEIRA, 2018, p. 74).

Figura 2 – Capa da revista Veja



Fonte: Revista Veja, novembro de 2018.

Ainda nesse sentido, outras reportagens, como a que foi publicada no site de A Gazeta, em junho de 2015, no Estado do Espírito Santo, viabilizam espaços para que pesquisadores/as e docentes respondam aos ataques sofridos pelos grupos que

¹⁴ Importante destacar que as reportagens e notícias, fontes desta pesquisa, demonstram que essa perseguição já é realidade, como se pode constatar em algumas situações no Espírito Santo.

defendem a “ideologia de gênero” (PIRAJÁ, 2015). Segundo os/as docentes, os discursos disparados pelas alas conservadoras estão desconectados do que, de fato, são os estudos de gênero, pois não se trata de “doutrinar”, tampouco de uma “ideologia”, mas de oportunizar reflexões e discussões, por exemplo, sobre as relações de desigualdades referentes aos acessos e oportunidades entre homens e mulheres. Com isso, possibilita-nos pensar ações-soluções para essa demanda sociocultural. Além disso, a temática prevê a igualdade dos direitos entre as pessoas (de ser, estar e de se relacionarem) na sociedade sem que haja julgamento ou repúdio em termos de crenças, valores e costumes.

Outros espaços de enfrentamento e resistência à “ideologia de gênero” foram criados no Espírito Santo como: o Conselho Municipal de Educação (Comev), que defende uma educação fundamentada nos direitos humanos; a audiência pública, que discute o Plano Municipal de Educação de Vitória, criada para escutar as demandas da Sociedade¹⁵ (VIEIRA, 2015); e a tribuna livre promovida pelo vereador Belo para discutir a questão da “ideologia de gênero” no município de Vila Velha.¹⁶

Ainda no sentido de resistência e de enfrentamento, o doutor Dráuzio Varella¹⁷ (Figura 3) publicou, no site UOL, em setembro de 2019, o artigo intitulado *Ideologia de gênero*. Nele Varella (2019) afirma que as pessoas utilizam a biologia para dizer que nascemos “machos ou fêmeas” e que essa “verdade” é concebida como inquestionável. Médico, Varella (2019) vai na contramão dessa perspectiva, pois, para ele, reconhecer os sujeitos somente pela ótica biológica (sexo feminino ou masculino) é um equívoco, tendo em vista que existem outros atravessamentos que influenciam o processo de formação e transformação de cada indivíduo.

Dessa forma, os aspectos socioculturais são relevantes, sobretudo ao considerarmos as intersecções¹⁸ de classe, etnia/raça, religião, política, assim como o gênero e a sexualidade, considerando como eles podem interferir no processo de

¹⁵ Câmara Municipal de Vitória, 22 de junho de 2015.

¹⁶ Folha Vitória, 22 de junho de 2015.

¹⁷ O Dr. Dráuzio Varella se tornou um expoente nesse debate no Brasil.

¹⁸ Para Fernando Pocahy (2013), trata-se da articulação dos diferentes marcadores sociais e de identidades em que encontramos uma possibilidade para problematizar os processos de subjetivação na contemporaneidade.

aprendizados, incorporações, atribuições, sentidos e significados de cada pessoa, podendo ser distintos de acordo com o tempo e o contexto em que ela está inserida, além das pessoas com quem se relaciona.

Figura 3 – Artigo do Dr. Dráuzio Varella no site da UOL



Fonte: Site UOL, outubro de 2019.

Recentemente, foi publicada, no site Folha de São Paulo, a declaração de inconstitucionalidade do Projeto de Lei Municipal nº 1.516/2015, de Nova Gama, Goiás. O projeto intentava a exclusão de intervenções pedagógicas no campo escolar sob os vieses da diversidade sexual e das identidades de gêneros. O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou o projeto inconstitucional, com base no art. 206, que prevê a pluralidade no processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar (SALDANHA, 2020).

Assim como em Goiás, em São Paulo, Paraná e Minas Gerais, os projetos que previam as mesmas proibições foram tidos como inconstitucionais.¹⁹ Em relação ao pedido de declaração de inconstitucionalidade do Projeto do Estado de Minas, o relator da matéria no STF, Gilmar Mendes, ao anunciar seu voto pela inconstitucionalidade, afirmou que restrições no ensino, como as que preveem esse tipo de projeto, são características peculiares de estados totalitários ou autoritários.

Nesse sentido, o relator enfatiza ainda que as ações pedagógicas que abordam as temáticas diversidade sexual e identidades de gêneros podem (e devem)

¹⁹ Segundo as reportagens publicadas no Instituto de Direito Real, em dezembro de 2019, no site Migalhas e no Consultor Jurídico em maio de 2020.

considerar questões como a equivalência entre os gêneros. Inclusive, esse tema faz parte dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Nessa mesma direção, também foi publicada uma diversidade de decisões judiciais favoráveis ao debate de gênero e sexualidade. Dessas, destacamos a posição do ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso. Acionado pelo Ministério Público, o ministro suspende o artigo de lei que proíbe o ensino sobre gêneros e sexualidades nas escolas de Palmas. De acordo com o Portal do G1, a norma foi sancionada em 2016, causando polêmica na capital. O ministro entendeu que a proibição é inconstitucional. Para ele:

Impedir a alusão aos termos gênero e orientação sexual na escola significa conferir invisibilidade a tais questões. Proibir que o assunto seja tratado no âmbito da educação significa valer-se do aparato estatal para impedir a superação da exclusão social e, portanto, para perpetuar a discriminação [...] (PORTAL DO G1 TOCANTINS, 27-08-2018, 13h25min).

Uma experiência interessante na defesa do debate de gênero na escola é apresentada na reportagem publicada em outubro de 2019, no site Nova Escola, que trouxe a professora de Geografia que recebeu o Prêmio Educador Nota 10 (CECÍLIO, 2019). Ela desenvolveu, a partir dos espaços geográficos, o projeto que instigou os/as alunos/as a pensarem sobre as segregações, ou seja, se estavam relacionadas com as questões dos gêneros e se havia espaços marginais para determinados gêneros. A professora relatou que teve o *start* sobre a importância de seu papel social, em relação a essas temáticas quando se deparou, em 2007, com um aluno no pátio da escola aos prantos (chorando) por ter sido motivo de chacota entre os colegas e chamado de *gay*.

Considerando a importância de a diversidade sexual e de as identidades de gêneros integrarem efetivamente o currículo escolar, assim como os documentos que norteiam a educação brasileira, como a BNCC e o PNE, a reportagem publicada no site Nova Escola, em abril de 2017, trouxe na discussão do texto uma das leitoras críticas da BNCC, Anna Penido, que é diretora do Instituto Inspirare²⁰ (SEMIS, 2017). Penido foi incisiva ao dizer que a decisão do Ministério da Educação

²⁰ O Instituto informa, orienta, mobiliza e apoia a criação e implementação de conceitos, práticas e políticas públicas inovadoras em educação. Reconhece-se como um órgão que busca meios para que a educação faça mais sentido para as alunas e alunos e os preparem para a vida.

(MEC), ao retirar os termos dos documentos, caracteriza-se como um processo retrógrado para a educação.

Dessa maneira, essa falta de contemplação pode desencadear o não desenvolvimento da temática nas escolas, porque dificilmente professores/as, reconhecendo os tabus que ainda imperam nesse quesito na sociedade, vão bancar sozinhos/as esse processo de ensino. Ainda nesse sentido, Penido (2017) enfatiza que, se o MEC não efetivar a temática nos documentos, as escolas não se sentirão fortalecidas para fazerem o mesmo e, “[...] com isso o estado está se desresponsabilizando de ter materiais pedagógicos, garantir a formação continuada, de construir políticas públicas [...] de maneira mais incisiva para combater discriminações contra estudantes homossexuais e transgêneros, por exemplo”.

Vale ainda ressaltar, nesse contexto, a pesquisa realizada pelo Ibope em 2017.²¹ Ela evidencia que 83% da amostra concordam que professores/as discutam com os/as alunos/as sobre a igualdade entre mulheres e homens. Portanto, é possível afirmar que “[...] a falta de um diálogo acerca da diversidade sexual contribui para o silenciamento, invisibilidade e exclusão das pessoas que assumem padrões fora da matriz heterossexual, principalmente no ambiente escolar, reforçando valores heteronormativos” (JUNQUEIRA, 2019, p. 297).

Assim, também no Portal G1, a reportagem publicada em fevereiro de 2019 traz a pesquisa encomendada pelo MEC, desenvolvida no ano de 2018, pelo Ibope (TOLEDO, 2019). Na ocasião, o portal afirma que, ao procurar o MEC para saber as razões da não divulgação desses dados, o órgão apenas alegou que a consulta tinha sido realizada pela gestão anterior, mas não explicou o porquê de não terem tornado os resultados públicos. No que se refere ao objetivo, a pesquisa buscou compreender se a sociedade é contra ou a favor que as temáticas gênero e

²¹ Pesquisa Ibope de Opinião Pública Educação Sexual, informações nas escolas sobre saúde reprodutiva, gênero e sexualidade. Os instrumentos foram aplicados de 16 e 20 de fevereiro de 2017. O Ibope ouviu a opinião de 2002 brasileiros com 16 anos ou mais que responderam a cinco perguntas para levantar opiniões a respeito de igualdade entre homens e mulheres e educação sexual nas escolas. Aplicadas 2002 entrevistas em 143 municípios, a margem de erro estimada é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra. O nível de confiança utilizado é de 95%. (CATÓLICAS pelo direito de decidir, 2020).

sexualidade, “ideologia de gênero”, e racismo e homofobia sejam incluídas no currículo escolar.

As regiões brasileiras mostraram-se favoráveis à integração dos conteúdos no currículo, pois

A quantidade de pessoas favoráveis a essa abordagem aumenta na região Sul (63,1%), Centro-Oeste e Norte (60,4%). Na região Sudeste, 52,5% concordou com a afirmação. A afirmação ganha respaldo também entre a maioria dos católicos (57,5%), mas não entre evangélicos, grupo em que apenas 46,7% defendeu a inclusão do tema no currículo. O levantamento também questionou se o preconceito contra os gays é um tema que deveria ser incluído no currículo – 65,2% defenderam a medida (TOLEDO, 2019).

Nesse sentido, não se trata de incentivar relações sexuais entre crianças e adolescentes, nem de homossexualizar os corpos, mas de propor espaços para o diálogo referente as diferentes identidades de gêneros, bem como sobre as disparidades entre homens e mulheres nas distintas áreas socioculturais (nos esportes, lazer, trabalho etc.). Sendo assim, torna-se viável concluirmos esta categoria trazendo a reportagem publicada no site Diário de Pernambuco, em janeiro de 2020, que apresentou em pauta os dados inéditos que foram levantados em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação (TEIXEIRA, 2020). A partir dessa pesquisa, a Secretaria identificou um crescimento no quantitativo de estudantes trans e travestis utilizando o nome social nos espaços escolares de Pernambuco. Para o site, esse cenário é tido como revolucionário, pois o número de estudantes trans e travestis dobrou entre os anos de 2017 e 2019.

Todavia, não percebemos o fato como revolucionário, tendo em vista que as diversidades nas identidades de gêneros sempre existiram, entretanto não eram devidamente reconhecidas, pois, em função de concepções religiosas e conservadoras, o binarismo de gênero coibiu as demais manifestações dos gêneros.

Por último, trabalhamos na terceira categoria com as reportagens e matérias que englobam outros temas que atravessam o gênero e a sexualidade, como é o caso das questões étnico-raciais, da defesa de uma educação crítica e democrática, considerando situações de perseguição de professoras e professores denominada “caça as bruxas”, totalizando 85 reportagens e matérias.

Assim, a reportagem publicada no site Gazeta Online, em agosto de 2017, que ocorreu em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), no município

de Vitória, Estado do Espírito Santo, relata a intervenção de um pastor no sentido de retirar uma boneca africana da escola alegando que se tratava de “macumba” (LOPES, 2017).

O contexto era que o CMEI estava, provisoriamente, compartilhando um espaço em que também ocorriam os cultos da igreja liderada por esse pastor. Entretanto, como escola, está respaldada por um projeto pedagógico maior cuja proposta tem por objetivo a formação para a cidadania, o que contempla o (re)conhecimento, entre outros temas, das questões étnico-raciais, visando à desmistificação de ideias e julgamentos pejorativos que perpassam décadas sobre as matrizes africanas. Porém, para o pastor, os materiais utilizados no projeto, assim como a própria temática desenvolvida, vão na contramão das crenças, que ele diz pregar e vivenciar em sua religião.

Diante da repercussão ocasionada pela ação equivocada do pastor, segundo a reportagem no site Gazeta Online do mesmo ano (agosto de 2017), professoras/es da educação básica, acadêmicas/os, civis, sindicalistas e integrantes Conselho Municipal do Negro (Conegro) se uniram para organizar uma passeata em apoio à professora que realizou o projeto escolar, que foi hostilizada pelo pastor. Da mesma forma, o movimento intentou para fomentar sobre a importância do trabalho pedagógico sob esse viés, sobretudo ao considerarmos que é a sociedade que deve atuar sob a ótica da laicidade e da pluralidade. Conforme afirmou o secretário de combate ao racismo, Adriano Albertino, “[...] estamos mostrando o posicionamento contrário a qualquer tipo de interferência e ordem religiosa nas escolas. O pastor desrespeitou uma lei que trata da obrigatoriedade de ensinar outras culturas na escola”.

Considerando cenários como esses, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (Contee), em parceria com a Comunicação Social do IFSP de Caraguatatuba, em outubro de 2016, produziram um vídeo pensando o processo de ensino e aprendizagem de maneira ampla, abrangendo as singularidades no aspecto sociocultural (IFSP, 2016). Nessa produção, evidenciaram a obra de Paulo Freire *Eva viu a uva* no sentido de enaltecer a importância de construirmos o processo de educação de maneira crítica, democrática, acolhedora e emancipatória.

3- Considerações finais

A análise dos dados disponíveis nas mídias sociais e na imprensa mostrou que, nos últimos anos, intensificou-se o debate em torno das temáticas gênero e sexualidade, tanto por parte dos setores mais conservadores da sociedade brasileira, que insistem em transformar gênero e sexualidade em “ideologia de gênero”, como entre os que defendem a escola laica, independente dos preceitos religiosos, equânimes e para todos/as.

Assim, o estudo possibilitou compreender a estratégia nefasta dos setores conservadores da sociedade brasileira que por meio de uma verdadeira cruzada contemporânea, visam a retroceder os avanços conquistados nas últimas décadas em relação à inserção de conteúdos relacionados com o gênero e a diversidade sexual na escola. Vimos que, aproveitando-se do projeto “Brasil contra a homofobia”, procurou-se, com algum grau de sucesso, desvirtuar o papel da escola em frente às diferenças e desigualdades presentes na sociedade. A grande disputa parece estar sobre a função da escola. Para esse agrupamento a questão de gênero não seria função da escola e sim da família.

Uma consequência do que entendemos como uma cruzada contra o gênero foi a possível proliferação do medo entre os/as profissionais da educação, uma vez que cresceram em todo o país ações de denúncias contra professores/as e gestores escolares que, supostamente, difundem a “ideologia de gênero” na escola. Então, talvez esse seja o êxito da disseminação do projeto “ideologia de gênero”: a criação de um pânico moral.

No entanto, é preciso afirmar, sempre e cada vez mais, que, apesar da omissão das temáticas de gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação, na BNCC e na maioria dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, discutir gênero e sexualidade nas escolas não é ilegal. Nesse sentido, os/as que compreendem que o debate de gênero e sexualidade é garantia de uma educação integral e se insere no campo dos direitos humanos, devem se valer do marco legal²² que garante,

²² Preceitos presentes na Constituição de 1988, na LDBEN (Lei nº 9.394/960), no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990); nos Parâmetros Curriculares Nacionais, por exemplo.

além da liberdade de cátedra dos/as professores/as, o direito à formação dos preceitos científicos relacionados com a sexualidade humana.

Referências

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo/SP: Edições, 2011.v. 70,

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CHAUÍ, M. O que é ideologia? 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001 (Coleção Primeiros Passos).

FREITAS, B. P. de. *Em tempos de discursos de ideologia de gênero na educação: o que dizem pensar e como dizem agir as professoras de educação física do município de Vila Velha/ES*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

JUNQUEIRA, R. D. “*Ideologia de gênero*”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. Debates contemporâneas sobre a educação para a sexualidade. Rio Grande: Editora da FURG, 2017. p. 25-52. Disponível: http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7097/debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 de maio de 2020.

LÖWY, M. “A contrapelo”: a concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 25/26, p. 20-28, 2º sem. 2010 e 1º sem. 2011.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. (org.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 118-146.

SILVA, E. M.; ALVARENGA, E.; AMORIM, F. A. de, & FERREIRA, E. B. A “ideologia de gênero” e a “Escola sem Partido”: faces de uma mesma moeda em ações políticas conservadoras no Brasil e no Espírito Santo. *Revista Inter Ação*,

Goiânia, v. 43, n. 3, p. 615-631, 2019. <https://doi.org/10.5216/ia.v43i3.48847>. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/48847>. Acesso em: 28 fev. 2021.

SILVA, E. M. da; FERREIRA, E. B. Os movimentos das professoras da educação básica na constituição das políticas de gênero na escola. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 45, 2019. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201945200235>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022019000100578&tlng=pt. Acesso em: 15 ago. 2020.

Fontes

BEDINELLI, T. Católicos e evangélicos em cruzada contra a palavra gênero na educação. *El País*, São Paulo, 11 jun. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/11/politica/1434059650_940148.html. Acesso em: 10 jun. 2020.

CECÍLIO, C. O que a geografia tem a ver com gênero e sexualidade? *Nova Escola*, 8 de out. 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/18426/o-que-geografia-tem-a-ver-com-genero-e-sexualidade>. Acesso em: 10 jun. 2020.

DEPUTADA estadual do PSL eleita por SC incita alunos a filmar e denunciar professores. *G1 Santa Catarina*, 29 out. 2018. Eleições 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2018/noticia/2018/10/29/deputada-estadual-do-psl-eleita-por-sc-incita-alunos-a-filmar-e-denunciar-professores.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2020.

EVANGÉLICOS e católicos contra identidade de gênero nas escolas do Estado. *Folha Vitória*, Vitória, 22 jun. 2015. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/geral/noticia/06/2015/evangelicos-e-catolicos-contra-identidade-de-genero-nas-escolas-do-estado>. Acesso em: 30 jun. 2020.

FAGUNDEZ, I. Mesmo sem lei, escola sem partido se espalha pelo país e já afeta rotina em salas de aula. *BBC News Brasil*, São Paulo, 5 nov. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46006167>. Acesso em: 10 jun. 2020.

INSTITUTO FEDERAL SÃO PAULO (IFSP) Câmpus Caraguatatuba. *Eva viu a uva*. São Paulo, 4 out. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OQN0zrIa8W8>. Acesso em: 1 abr. 2020.

LEI em MG que proibia ensino sobre gênero e orientação sexual é inconstitucional. *Consultor Jurídico*, 29 maio. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mai-29/lei-mg-proibia-ensino-genero-inconstitucional>. Acesso em: 10 jun. 2020.

LOPES, R. Pastor manda tirar boneca africana de creche e dispara “é macumba”. *Gazeta online*, Vitória, 10 ago. 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/08/pastor-manda-tirar-boneca-africana-de-creche-e-dispara---macumba-1014088181.html#:~:text=O%20pastor%20Jo%C3%A3o%20Brito%2C%20da,originar%20de%20uma%20religi%C3%A3o%20africana%E2%80%9D>. Acesso em: 1 abr. 2020.

MASTOSO, F. Bolsonaro critica questão do Enem e diz que em 2019 vai “tomar conhecimento das provas antes”. *G1*, 9 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/09/bolsonaro-critica-questao-do-enem-2018-e-diz-que-em-2019-vai-tomar-conhecimento-da-prova-antes.ghtml>. Acesso em: 1 abr. 2020.

MOLICA, F.; BUSTAMANTE, L.; VIEIRA, M. C. Meia-volta, volver? *Revista Veja*, São Paulo, n. 46, p. 73-78, nov. 2018.

MINISTRO do STF suspende artigo de lei que proíbe o ensino sobre gênero e sexualidade nas escolas de Palmas. *G1 Tocantins*, 27 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2018/08/27/ministro-do-stf-suspende-artigo-de-lei-que-proibe-ensino-sobre-genero-e-sexualidade-nas-escolas-de-palmas.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PIRAJÁ, A. Dom Luiz: “O ser humano é homem ou mulher”. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 23 jun. 2015.

PIRAJÁ, A. Professores e militantes negam a existência de ideologia de gênero. *A Gazeta*, Vitória, p. 4, 22 jun. 2015.

PROTESTO contra racismo após pastor retirar boneca negra da escola. *Gazeta online*, Vitória, 24 ago. 2017. Disponível em:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/08/protesto-contraracismo-apos-pastor-retirar-boneca-negra-de-escola-1014093346.html>. Acesso em: 1 abr. 2020.

SALDANHA, P. Por unanimidade, supremo declara inconstitucional Lei Municipal de “Ideologia de Gênero”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 abr. 2020.

SEMIS, L. “Gênero” e “orientação sexual” têm saído dos documentos sobre educação no Brasil. Por que isso é ruim? *Nova Escola*, 11 abr. 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4900/os-terminos-genero-e-orientacao-sexual-tem-sido-retirados-dos-documentos-oficiais-sobre-educacao-no-brasil-por-que-isso-e-ruim>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SINGULAR, G. Escola é atacada por promover palestra sobre diversidade sexual. *Gazeta online*, 3 jun. 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/06/escola-e-atacada-por-promover-palestra-sobre-diversidade-sexual-1014062188.html#:~:text=Uma%20escola%20de%20Vit%C3%B3ria%20foi,da%20decora%C3%A7%C3%A3o%20do%20ambiente%20escolar>. Acesso em: 1 abr. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA/SP: Lei que proibia atividades pedagógicas sobre ideologia de gênero é inconstitucional. *Migalhas*, 13 maio 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/302219/tj-sp-lei-que-proibia-atividades-pedagogicas-sobre-ideologia-de-genero-e-inconstitucional>. Acesso em: 10 jun. 2020.

TEIXEIRA, M. Aumenta o número de estudantes trans e travestis usando nome social nas escolas estaduais. *Diário de Pernambuco*, 25 jan. 2020. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/01/aumenta-numero-de-estudantes-trans-e-travestis-usando-nome-social-nas.html>. Acesso em: 10 jun. 2020.

TOLEDO, F. Maioria diz que gênero e sexualidade devem entrar no currículo escolar, diz pesquisa encomendada pelo MEC. *G1*, TV Globo, 5 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/02/05/maioria-diz-que>

genero-e-sexualidade-devem-entrar-no-curriculo-escolar-diz-pesquisa-encomendada-pelo-mec.ghtml. Acesso em: 10 jun. 2020.

VARELLA, D. Ideologia de gênero. *UOL, Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 set. 2019. Colunas e Blogs. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/artigos/ideologia-de-genero-artigo/>. Acesso em: 1 abr. 2020.

VIEIRA, M. Plano Municipal de Educação é aprovado na Câmara. Vitória: Câmara Municipal de Vitória, 23 jun. 2015. Disponível em: <http://www.cmv.es.gov.br/noticia/ler/6293/plano-municipal-de-educacao-aprovado-na-cmara>. Acesso em: 30 jun. 2020.

Recebido em janeiro de 2022.
Aprovado em julho de 2022.